

Trajetórias de vida do lixo: a interface entre meio ambiente, pobreza e empoderamento no município de Santa Maria-RS, Brasil

João Vicente Costa Lima

Professor Associado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas. Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará.

Endereço postal: Av. Álvaro Otacílio, 3781; Apto. 613, Ponta Verde. 57.036-850 Maceió/Alagoas.

Isabel Padoin

Professora de Sociologia do Centro Universitário Franciscano, Rio Grande do Sul (UNIFRA/RS). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

INTRODUÇÃO

O presente texto objetiva compreender o tipo humano cuja vida, no sentido amplo, é perpassada por eventos econômicos e sociopolíticos diversos que giram ao redor do antigo depósito de lixo da sede municipal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, Brasil.¹

Conhecido por Lixão da Caturrita, em um passado recente, centenas de pessoas tinham naquele espaço o horizonte possível para sua sobrevivência, tirando, pois, dali o seu sustento e construindo, simultaneamente, redes de sociabilidade ricas e complexas, à margem de determinações econômicas redutoras.

A realidade complexa do lixo na cidade de Santa Maria foi administrada pelos órgãos públicos sempre a partir de visões da realidade e de políticas públicas estanques, compartimentalizadas. De um lado, a Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEPAM) enxergava apenas a realidade da área degradada, dos resíduos sólidos e líquidos que afetavam o ecossistema de referência. De outro, a Secretaria de Assistência Social do município tentava lidar com o problema de uma multidão de pobres com pouquíssimos recursos (material e de capital social) para se inserirem no mercado de trabalho formal. O órgão ambiental fiscalizador não enxergava o indivíduo miserável que transitava pelo Lixão como parte da equação ambiental; via, sobretudo, a dimensão biofísica. As políticas implementadas pela Prefeitura focalizavam estritamente o indivíduo e a família na sua condição de pobreza, excluindo a dimensão ambiental.²

O antigo Lixão da Caturrita, como lugar degradado em rotinas que interseccionavam miséria, humilhação e situação de risco – saúde pública, degradação ambiental – deixou de existir. Em seu lugar, o poder público viabilizou a alternativa do tratamento do lixo por uma empresa focada em novas tecnologias tidas como ecologicamente corretas.

O início do funcionamento da empresa trouxe a formalização do trabalho para 55% dos antigos catadores do lixo. Os outros 45% não foram absorvidos pela empresa e, tampouco, puderam voltar à condição de catadores do antigo lixão, nas condições de degradação de outrora e seguiram os caminhos incertos do trabalho informal na coleta de lixo pela cidade afora.

O presente artigo se volta para estes dois grupos humanos – derivados da sociabilidade e economia do antigo lixão –, analisando como se articulavam, ali, os elementos significativos, formadores de um padrão de racionalidade cotidiano, a saber: a valoração do agir econômico nos termos de uma “cultura do lixo” e de suas conexões com a vida política comunitária. Perscrutam-se as conexões existentes entre a economia e a “cultura do lixo” e a formação de uma ordem política comunitária.

Este objeto real – dos indivíduos com seu capital social comunitário, ligados pelas injunções econômicas e simbólicas do lixo – se constitui em rica oportunidade para testar as possibilidades das categorias explicativas de capital social, pobreza e meio ambiente; e também as formas sociológicas correspondentes aos elementos constitutivos da ação no contexto da pobreza e do lixo podem enriquecer uma teoria social do meio ambiente.

Nesta análise, são identificados os atores, os espaços e as práticas que estabelecem novos arranjos entre sustentabilidade e ativismo cívico, tendo como ponto de convergência a economia do lixo e as formas de so-

ciabilidade correlatas. Para além do tema convencional da preservação do meio ambiente em si, pondera-se a ideia de preservação da vida humana e do meio ambiente em contextos degradados, e dos níveis de articulação e composição entre uma realidade (humana) e outra (meio ambiente).

No cotidiano das cidades brasileiras, as realidades humana e ambiental são tratadas, reiteradamente, por soluções institucionais compartimentalizadas cujos resultados são quase sempre marcados por unilateralismos.³ Se, no plano macro, os governos não foram capazes de prover políticas públicas, em geral, e políticas econômicas, em particular, sustentáveis, no plano das relações interpessoais, no caso em estudo – da cidade de Santa Maria –, o ponto de intersecção desses níveis de realidade está nas ações cotidianas dos catadores de lixo, que apreendem em um plano único as realidades da pobreza e do meio ambiente.⁴

CONEXÕES ENTRE POBREZA, DEGRADAÇÃO AMBIENTAL E MODERNIDADE BRASILEIRA

A realidade brasileira em sua singularidade acomoda diversos cenários sociais, políticos e econômicos marcados por ambiguidades e contrastes. Apesar do quadro recente de diminuição das desigualdades no Brasil, ainda são encontrados grupos humanos que carregam consigo as marcas da exclusão social, política e econômica, como é o caso dos ex-catadores do Lixão da Caturrita.

De acordo com dados, de 2012, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), levantados para a elaboração do relatório do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, fornecido para a Organização das Nações Unidas (ONU), no Brasil, a população que sobrevive com menos de US\$ 1,25 *per capita*/dia caiu de 36,2 milhões, em 1990, para 8,9 milhões, em 2008. Tais dados demonstram que a pobreza extrema na sociedade brasileira, hoje, representa menos de um quinto da registrada em 1990.⁵ E mostram também que nesta mesma sociedade a democracia coexiste com desigualdades sociais intoleráveis que comprometem o destino de milhões de pessoas compelidas a viver indignamente.

O universo dos catadores informais se constitui de pessoas cujas vidas são perpassadas por restrições de toda ordem: poucas oportunidades para o desenvolvimento de capacidades e habilidades e realização de potencialidades.⁶ Os objetivos da conservação do meio ambiente não se coadunam instantaneamente com os objetivos racionalizados pelos indivíduos pobres e sua lógica de ocupação do espaço – em lugares precários,

sem saneamento básico e energia elétrica, sem atendimento à saúde, com escolas e abastecimento de água deficitários – a despeito da profunda empatia pelos valores ambientais evocados ali e aqui. Estes atores, premidos pelas necessidades da sobrevivência, não retinham a temática da “preservação do meio ambiente” senão como uma preocupação marginal em meio a outras prioridades.

As condições econômicas precárias – fome, desemprego e exclusão social – conformam uma realidade múltipla que amplifica os indicadores da degradação dos recursos naturais. Dada a interdependência entre as realidades ambientais e socioeconômicas, torna-se imperioso interpretar o fenômeno ambiental do lixo (degradação) como socialmente constituído pela realidade da pobreza, ainda que, do ponto de vista da renda, tanto os catadores informais como os recicladores (ex-catadores) não se enquadrem mais na categoria “pobre”.⁷ No caso brasileiro, a pobreza tem conexão direta com os processos que levam à destruição maciça dos bens naturais. Tais processos contribuem para a configuração de uma realidade que cria obstáculos ao surgimento de condições favoráveis ao próprio desenvolvimento humano. A pobreza intensifica-se nas periferias e aprofunda a depreciação do capital humano e social, que retroalimenta a conduta de degradação do meio ambiente pelo indivíduo pobre.⁸ Para se compreender tal fenômeno, é preciso que se faça uma articulação entre a realidade vivida por esse indivíduo e aspectos mais amplos da chamada modernidade na qual se insere.

Segundo Giddens (1997), no período de radicalização da modernidade ocorre uma perda da segurança proporcionada pelas instituições modernas da política e da sociedade, pelas injunções de uma ordem global que não representa uma sociedade mundial, mas uma sociedade de espaço indefinido, onde a autoridade e outros mecanismos encontram-se descentralizados. Há uma correspondência entre o mundo social e as pessoas afastadas dos laços comunitários, capazes de construir suas próprias narrativas biográficas, de adotarem seus estilos de vida, ou seja, escolherem suas identidades e seus projetos de mundo. Com os baixos níveis de confiança, a rede de compromissos humanos se desfaz, fazendo com que o mundo pareça um lugar mais assustador e perigoso para se viver. É nesse contexto reflexivo e societário que os problemas da pobreza humana e da degradação ambiental são representados de forma articulada ou separadamente.⁹

Bauman (2005) postula o surgimento dos problemas do refugo (humano) e da remoção do lixo (humano): milhares de pessoas, antes inseridas no processo de progresso da humanidade, tornaram-se descartáveis. Esses problemas saturam todos os setores importantes da vida social e tendem a

dominar as estratégias de vida. As regras que ordenam essa realidade são imprevisíveis, pela volatilidade da posição social, e a redução significativa das perspectivas, que não podem se orientar por diretrizes universais. Isso acaba por assombrar os indivíduos que, no decorrer do tempo, perdem a autoconfiança e a autoestima e são obrigados a responder à condição de modernizarem-se ou perecerem.

Estes indivíduos, vistos como parasitas, vivem circunscritos à marginalidade, são tidos como trapaceiros que ameaçam o tecido social da pujante sociedade de consumo. Despossuídos, estão fora do sistema funcional, e se encontram emudecidos e sufocados pela estrutura política enviesada do mundo globalizado. Indivíduos de outros segmentos sociais menos vulneráveis se encontram também inseguros quanto ao seu futuro. A intensificação dos riscos sociais afeta a sua capacidade racional de compreenderem as condições reais de sua vida e de previsão dos resultados de suas ações, criando as bases sobre as quais se firmam os processos de individualização e globalização da sociedade. Outras dinâmicas macroeconômicas (como a desregulamentação, flexibilização) são filtradas pelo cidadão como problemas privados, como resultados de suas falhas individuais. As soluções para estas questões sistêmicas pesam sobre os ombros do indivíduo. Dessa forma, um quadro incongruente combina o microcosmo da conduta individual com o macrocosmo dos problemas globais territorialmente insolúveis.

Na situação em estudo, tanto os catadores informais como os trabalhadores agora formalizados na empresa de reciclagem guardam certa ambiguidade em relação ao quadro pintado por Giddens e Bauman. Certamente a realidade brasileira na qual originariamente estavam mergulhados os ex-catadores do Lixão da Caturrita apresenta toda a sintomatologia da insegurança institucional típica da esfera política precária de que falam os autores. Tem-se, ali, a tipificação perfeita do lixo humano removido porque espelha uma cidadania em frangalhos. Os catadores e ex-catadores se constituem, para as elites, um estorvo. Em cenários de profunda competição econômica e desarticulação política, a componente da imprevisibilidade e a redução das perspectivas criam as bases piores de projeção da vida individual e coletiva. Mas, esta marginalidade tomada como “coisa natural” na vida brasileira começa a sofrer objeção. Aqueles indivíduos mantêm-se próximos da marginalidade, ainda que não completamente excluídos da sociedade de consumo e da arena política. Há um senso de individualidade e perdas e ganhos dos laços comunitários, com níveis instáveis de confiança e comprometimento. Eis aqui a conexão com a dimensão política.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E CAPITAL SOCIAL

Sorj (2004) identifica no Brasil a fragilidade de determinados atores sociais para a mobilização e pressão em relação a diversas questões públicas, o que, segundo ele, revelaria uma crise de representação. Vigoraria uma nova dinâmica de individualização presente nas mais variadas esferas da sociedade, afetando negativamente a formação das identidades coletivas mais cooperativas, reduzindo a participação dos sujeitos nas discussões sobre o seu próprio bem-estar. Essa crise de representação política seria proveniente do distanciamento dos partidos políticos em relação às demandas apresentadas pela sociedade civil. A crise no mundo da política reverberaria em uma sociedade fragmentada, com a ampliação do quadro de desigualdade social e de relações sociais fragilizadas a interferir na auto percepção dos indivíduos como sujeitos de direitos. A cidadania seria uma propriedade distribuída de forma desigual entre os sujeitos sociais, que estratificaria as chances de bem-estar, em descompasso com os preceitos e os objetivos do bem-comum.

O dado incongruente, assinala Baquero (1998), é que não há uma cultura política enraizada no Brasil. As pessoas têm baixa adesão aos princípios democráticos, pouco hábito de participar de assuntos políticos, delegando esta função às instituições.¹⁰ Ainda sobre uma racionalidade não democrática em contextos democráticos, as ações participativas ligadas à autopromoção dos indivíduos supõem grau de comprometimento e envolvimento em contextos de risco (DEMO, 1993). São requeridos recursos cognitivos e de composição/ interação e organização dos cidadãos para agir em um contexto de disputas pelo poder, e de pressão sobre o Estado. Na contramão está a “cultura” da dependência da ação estatal e da atitude segundo a qual o indivíduo espera a solidariedade dos outros e culpa a si próprio pelos fracassos que contabiliza.

Em meio a esse desarranjo, os indivíduos buscam formas de identificação imediata com base em afinidades que conformam problemas comuns e específicos.¹¹ Essas novas identidades não preceituam a igualdade; ao invés disso, reivindicam e propõem políticas de discriminação positiva capazes de fortalecer subculturas particulares, afirmando valores diversos e incomensuráveis entre si. Não encontramos, aí, uma preocupação direta com a noção republicana de espaço público e do bem comum. São sedimentados os sentimentos de desconfiança e incerteza, sobretudo, no tocante à vida política.¹²

As relações sociais se estabelecem por meio de identidades que corroem os sentimentos de comunidade, os ideais de pertencimento a um mesmo “mundo”, a partir do compartilhamento de valores, de sentimentos e problemas. Bauman (2003) toma o sentido de comunidade como uma

idealização de uma ordem de mundo cooperativo e emocionalmente intenso capaz de contrapor-se às soluções calculistas de indivíduos indiferentes às necessidades dos outros. “Comunidade” ganha expressividade mais como uma categoria emocional do que descritiva de um contato humano de confiança e comprometimento mútuos. No mundo real, as pessoas já não dividem suas histórias de vida, as comunidades tornam-se dispensáveis e os laços de lealdade entre a vizinhança e a família se desfazem. A decadência da comunidade esfaca o sentido de “sociedade”, que deixa de ser pensada e vivida como um conjunto de sujeitos “iguais” na distribuição de recursos para ser precedida pela noção de pertencimento ao “meu grupo”.

Nesse ambiente de desconfiança, os indivíduos perdem a crença na política partidária, nas eleições e nos políticos, como mecanismo de transformação da sociedade. Por isso, Baquero (1994) enfatiza a falência do Estado para regulamentar as relações sociais, ao testar sua hipótese de que nos países da América Latina vigoram democracias delegativas e não representativas. Assim, os grupos marginalizados não possuem poder político para, com base em seus interesses, pressionar os atores políticos relevantes na busca de soluções ou no enfrentamento de problemas diversos. O antídoto a um Estado desconectado dos interesses públicos são as redes (verticais e horizontais), que mobilizam indivíduos e grupos em torno de objetivos.

O empoderamento dos indivíduos incrementa as disputas no interior das estruturas excludentes. Empoderamento no sentido de Freire (1992), isto é, de ações que trazem mudanças e promovem o fortalecimento dos atores sociais; que levam à superação de dificuldades e à conquista de direitos. Para Baquero (2005), o empoderamento implica um indivíduo com maiores capacidades de cuidar de si e de interagir (cooperação voluntária), de compreender sua condição, em termos instrumentais, de tomada de decisões e mudança.

A construção das redes sociais – que exige um conjunto de recursos enraizados, disponibilizados e utilizados pelos indivíduos – pode gerar efeitos econômicos e sociais significativos, que dependem da produção de externalidades, como o aumento da reserva de conhecimento e a redução de comportamentos individuais oportunistas. O capital social reduz os custos das transações sociais, colaborando para soluções pacíficas de conflitos. A literatura demonstra que a inter-relação entre capital social e empoderamento possibilita a superação da pobreza que atinge pessoas e comunidades, modificando as relações de poder em favor daqueles em situação desfavorável, implicando maior controle sobre os recursos disponíveis e sobre sua própria vida (PASE, 2007). Nesse contexto, emerge uma ação racional cooperativa que fortalece a solidariedade, denotando, assim, um comprometimento com o outro.

Putnam (2002) sublinha: laços fortes como os de parentesco possuem papel significativo na resolução dos dilemas da ação coletiva; porém, os sistemas de participação cívica têm maiores possibilidades de abarcar amplos segmentos da sociedade. O capital social reporta-se à estrutura social e se assenta em uma lógica de interação e regras de decisão coletiva, em normas e sanções formais, obrigações e expectativas informais, ancoradas na confiança, informação, relações de autoridade e organizações sociais. As pessoas que se reúnem em associações possuem maior consciência e participação na política, e confiança social. Logo, quanto maior o capital social da região mais eficaz será seu governo.¹³

Segundo Putnam, em uma comunidade cívica, as associações proliferam, as afiliações se sobrepõem e a participação se alastra, contribuindo para o desenvolvimento da coesão social, da harmonia política e do bom governo, na medida em que prevalece a confiança interpessoal e a cooperação solidária e coletiva. Para isto, é mister que haja o estabelecimento de acordos entre os atores minimamente informados e confiáveis, sob pena da emergência dos vícios típicos da falta de virtude cívica que se baseia na preponderância de comportamentos oportunistas, orientados para maximizar o ganho privado. O resultado geral é uma situação em que as pessoas só interagem na esfera privada, abandonando a esfera pública.

Assim, os laços de cooperação relacionam-se diretamente com o nível de confiança interpessoal existente na comunidade. A confiança interpessoal é uma garantia de que os indivíduos se comportarão de modo previsível e, em consequência, os contratos e as leis serão respeitados e a cooperação será incentivada.¹⁴

São utilizados como indicadores de capital social a participação em organizações sociais, atitudes cívicas, cooperação e sentido de confiança entre os membros da comunidade. A elevação dos índices de capital social pode ter efeitos positivos pelo impacto na democracia e no desenvolvimento socioeconômico. De acordo com Baquero, “o capital social sustenta que a participação em associações voluntárias gera normas de cooperação e confiança entre os seus membros e que essas normas são aquelas exigidas para a participação política” (2006, p. 204).

Nesse sentido, a ênfase no desenvolvimento local é importante, dado ser no local que se enraizam as experiências, os métodos e as práticas que formam um conjunto de estratégias e táticas para a solução dos problemas cotidianos. É nesse âmbito que os projetos são negociados, criticados e/ou acolhidos.

Nesta pesquisa, encontramos o fenômeno do empoderamento comunitário, na medida em que se reportava a catadores e recicladores que, apesar

de terem trajetórias diversificadas em suas vidas, continuavam todos morando nos mesmos bairros e com os mesmos vínculos sociais (comunitários), ora tênues, ora mais fortes. Dessa maneira, tentamos verificar de que forma estes vínculos se estabeleciam e de que modo podiam (ou não) mitigar os problemas enfrentados no dia a dia. O lixo, contudo, precisava ser abordado ainda mais pontualmente pelos subsídios que fornecia para a interpretação dos descaminhos da vida socioambiental brasileira.

O LIXO NA VIDA DA CIDADE DE SANTA MARIA

No Brasil, verifica-se estreita ligação entre o destino do lixo urbano e o fenômeno da concentração urbana, que é da ordem de 80%, caracterizado pela ocupação pouco planejada, conflituosa e caótica – com a ocorrência da contaminação dos mananciais nas superfícies, nos subterrâneos, principalmente nas periferias, em razão do inadequado saneamento (GUERRA e CUNHA, 2005).¹⁵

Na legislação brasileira é de responsabilidade das prefeituras o tratamento e o destino do lixo urbano. A forma mais utilizada para o destino final do lixo no Brasil é o depósito a céu aberto designado de “lixão”.¹⁶ Em 2000, havia 5.993 lixões no Brasil, sendo que a maior parte encontrava-se localizada nas regiões com menos de 15 mil habitantes (ABREU, 2001). Homens, mulheres e crianças vivem as jornadas diárias de trabalho nos lixões, expostos a doenças e riscos: movimentação de caminhões, poeira, fogo, objetos cortantes e contaminados, sem falar no (gravíssimo) consumo de alimentos podres. O mundo do trabalho do lixo é degradante e de baixíssimo reconhecimento social, além do sofrimento gerado por meio da discriminação e preconceito.¹⁷ A pesquisa confirmou a hipótese de que os problemas, riscos e eventos de degradação ambientais são distribuídos espacialmente, segundo uma estrutura de grupos e classes, concentrando-se nas áreas habitadas pelos excluídos.

O Lixão da Caturrita permaneceu operante por mais de 20 anos; foi desativado, em 2008,¹⁸ com o esgotamento de sua capacidade de receber resíduos e pelos problemas ambientais detectados. Já havia ocorrido no ano de 2005 a interdição do Lixão e a expulsão de 180 famílias. A força policial monitorava a área e a Prefeitura forneceu cestas básicas, por 90 dias, às famílias que se sustentavam do lixo, além de escola para os filhos dos catadores. Essas ações falharam e os catadores voltaram ao Lixão, mesmo com a proibição da Justiça.¹⁹

Em março de 2008, através de concessão pública emitida pela FEPAM, os resíduos urbanos deixaram de ser depositados no Lixão da Caturrita e passaram a ser destinados a uma empresa privada que passou a tratar os resíduos de 20 municípios da região central, região serrana e da fronteira do Estado. Desde então, o lixo passa por três etapas: a triagem (separação dos materiais recicláveis²⁰ e orgânicos), a compostagem (transformação do material orgânico em adubo), e a destinação final (os resíduos não aproveitáveis comercialmente são colocados no aterro sanitário, em uma vala, forrada com lona, para evitar vazamentos no solo).²¹ Eram tratadas diariamente 280 toneladas de lixo, o que empregava 80 funcionários, em sua maioria ex-catadores do antigo Lixão da Caturrita.

De uma história da cidade segregada para indivíduos pobres vivendo do lixo, desde a década de 1980, os anos de 2010 sinalizaram uma fase de transição. Não são mais atormentados pelas rotinas da luta contra a fome, mas os ganhos sociais, por mais significativos que tenham sido para o conjunto da sociedade brasileira, ainda os colocam às margens das dinâmicas econômicas e políticas ótimas.²² Isto pode ser melhor percebido considerando-se o grau de inserção e cooperação dos indivíduos nos assuntos comunitários.²³

ASSOCIATIVISMO E CAPITAL SOCIAL

A realidade do capital social no contexto das relações sociais não é um dado tangível diretamente, porque relacionado a aspectos subjetivos referidos na cultura. Assim, tentou-se dimensionar o capital social presente nas relações sociais estabelecidas pelos funcionários da empresa de reciclagem e dos catadores na informalidade, aferindo níveis de participação em redes e associações, e da vigência ou não de reciprocidade, confiança e cooperação.

ENTRE OS RECICLADORES

Dentre os funcionários da empresa entrevistados nesta pesquisa, 48,4% afirmaram não frequentar associações de nenhum tipo. As justificativas para essa atitude variaram: “falta de tempo” (53,3%), preferir estar com a família; “não tem interesse nenhum em participar” (20%) e crença de que “não resolve, não adianta nada” (13,3%). Ainda, 10% alternam entre: “tomar providências com as próprias mãos”, quando, por exemplo, improvisam diante de um alagamento; ou “fingem não tomar conhecimento do problema”, se não os afeta diretamente. 51,6% disseram participar de entidades associativas, sendo as mais citadas as associações de cunho religioso, vinculadas a orientações: (35,5%), católica, evangélica, espírita e umbanda. Na mesma

proporção, aparecem os que informam vincular-se a associações de moradores (35%); estas vistas como mais diretamente envolvidas na resolução dos “problemas dos bairros”, promovendo mobilizações, reuniões e levando as reivindicações à Prefeitura da cidade.

Os motivos mencionados pelos funcionários da empresa para participar das entidades associativas variam entre: “defender as ideias nas quais acredita ou acha justas” (43,8%); “vontade de ajudar os outros” (25%); “lazer” (12,5%) e “outras razões” (18,7%). Efetivamente, apenas 13,3% participavam das reuniões e levavam as reivindicações à Prefeitura.

Quando indagados sobre relações interpessoais, 83,9% assinalaram que possuíam uma boa relação com a vizinhança, não obstante se referirem a vizinhos como “um bando de fofoqueiros²⁴ que vivem cuidando da vida dos outros” (sic). Outras atitudes foram indicadas: “conversam às vezes com o vizinho” (41,9%); “conversam sempre” (16,1%); “raramente” (25,8%) e “nunca” (16,1%).

ENTRE OS CATADORES

Apenas 35,7% dos catadores informais não participavam de entidades associativas, por falta de interesse e de tempo. Dos entrevistados, 64,2% garantiram que participavam de associações religiosas, como Igrejas e Centros de Umbanda, por acreditarem na importância para a melhoria do bem-estar, da saúde e das relações familiares. Outros 21,4% dos indivíduos que frequentavam as organizações religiosas participavam também da associação de bairro e de seus respectivos eventos.

Para 78,5% dos entrevistados, as relações sociais com a vizinhança eram valorizadas; afirmam haver, ao longo do tempo, estabelecido relações de amizade e respeito. Somente 21,4% informaram não valorizar os vizinhos, atribuindo isso a desentendimentos e fofocas.

Depreende-se que as redes sociais desenvolvidas pelos recicladores e catadores são mais duradouras e confiáveis entre parentes e amigos, pois envolvem obrigações mútuas e modalidades diversas de reciprocidade. Para além da esfera familiar, não ocorreu mudança nas atitudes e no comportamento dos cidadãos. Se, genericamente, as associações comunitárias e religiosas constituem-se em pontos de engajamento cívico – porque são o depósito primário de capital social gerador de “empoderamento” pelo altruísmo, voluntarismo e filantropia inerentes –, no contexto dos recicladores não foram criadas as disposições mais efetivas de inserção na esfera pública. Verificou-se que os catadores tinham uma atitude mais voltada às preocupações da comunidade comparativamente aos trabalhadores formais.

RETOMANDO AS HIPÓTESES

Como primeira hipótese a nortear esta pesquisa, considerávamos que, excluídos do mercado formal de trabalho, os catadores apresentariam uma piora acentuada na qualidade de vida, comparativamente aos recicladores incorporados pela empresa, no tocante a indicadores socioeconômicos e de capital social. Em verdade, relativamente aos ganhos financeiros, os catadores informais apresentam média um pouco superior aos recicladores,²⁵ ainda que estes últimos destacassem a maior segurança que o emprego formal lhes trazia e uma redução de estigma, comparativamente aos primeiros, lançados à sorte nas ruas da cidade.

Conforme se constatou nesta pesquisa, a oferta de serviços públicos de saúde, educação, segurança e infraestrutura sanitária para a população de baixa renda, na qual se inserem catadores e recicladores, é quase inexistente.²⁶

Há um ponto de tensão perene, que é o rótulo do lixo a marcar os indivíduos. Os catadores explicitam, mais diretamente, sentimentos de vergonha e humilhação que carregam consigo. Por sua vez, os recicladores ainda sinalizam o desconforto da condição de trabalharem com o lixo, a despeito de ganhos outros, em termos de reconhecimento e segurança legal. A ideia difusa e positivada de que contribuem para equacionar o grave problema ambiental, na disposição de coletarem o lixo, nem de longe rivaliza com a imagem mais efetiva e velada de que, porque lidam com o lixo, fazem parte de uma classe marginalizada.

Apesar de não estarem situados no intervalo de renda da pobreza e da exclusão extremas, e a despeito dos avanços nas políticas públicas para diminuição da pobreza e da exclusão social, o fantasma desses fenômenos ainda está à espreita. Os péssimos serviços públicos projetam um futuro mais como redemoinho e enclausuramento em um mundo (da cultura, da economia e da sociabilidade do lixo) do qual esses “trabalhadores do lixo” não conseguem sair. As políticas e ações governamentais ainda são deficitárias, no tocante à instrumentalização dos indivíduos para o alcance de patamares mais efetivos que lhes possibilitassem sair do encapsulamento em que se encontram. Já não são considerados extremamente pobres, mas têm muito pouco além do mundo estigmatizado da pobreza do lixo para sonhar e projetar um futuro.²⁷

O grande recurso à mão dos catadores e recicladores pesquisados é o capital social comunitário, fruto de investimentos em instituições como igrejas e, principalmente, a família. Estas instituições produzem elementos de significado decisivo para os indivíduos se situarem no contexto. A família

é vista como entidade mais efetiva no enfrentamento de dificuldades econômicas, problemas de saúde e de outras adversidades. Contudo, as redes sociais que se formam não produzem um comprometimento com a causa comum, pública, restringindo, assim, o desenvolvimento do empoderamento comunitário. Toda ligação (sociabilidade) intensa vivida em âmbito micro da vida social não reverbera em formas e forças organizacionais mais abrangentes que promovam boa governança e possam ter uma escala econômica e política que favoreça o desenvolvimento dos indivíduos e de suas comunidades. Esperava-se, inicialmente, que os recicladores (com o ingresso no mercado formal de trabalho) provassem uma participação cívica mais ativa e inserção em redes sociais mais fortalecidas, o que, no entanto, não foi comprovado.

A presente pesquisa corrobora o que já foi constatado em outros estudos (MARQUES, 2009) sobre a importância das redes sociais urbanas como suporte para os indivíduos em situação de pobreza e submetidos a diferentes graus de segregação. Essa dimensão coloca-se como indicação fática e crítica às teorias que reduzem as possibilidades da ação do indivíduo pobre às determinações estritamente econômicas, nos limites de seus rendimentos monetários ou, no acesso ao seu capital humano (boa educação e boas condições de saúde), tomado como um imperativo para aumentar as oportunidades de ascensão social. Embora as variáveis “rendimento monetário” e “capital humano” sejam importantíssimas – porque se reportam a estruturas objetivas que restringem as ações dos indivíduos pobres –, a realidade das redes de sociabilidade mostra margens de manobra e mobilização de recursos que atenuam e remediam os efeitos das estruturas precárias que incidem sobre esses indivíduos e suas redes. As redes sociais são afetadas pelas estruturas, e produzem coesão social, uma vez que são formas societárias cotidianas, relevantes na construção de identidades, na produção de um senso de pertencimento e de controle social nas comunidades.

Os catadores e recicladores veem a atividade da política, nos contornos da política institucionalizada, circunscrita a uma esfera em que se movimentam os políticos profissionais, eleitos, geradores dos descaminhos que afetam a todos. Os catadores e os recicladores não se identificam com os agentes políticos e criticam o “mundo da política”. O senso de comunidade que exercitam vem pelas vivências primárias da família que, em um cotidiano de dificuldades, opera mais em bases reativas que dialógicas e propositivas. Assim, funciona bem o socorro recebido quando de um alagamento no período das chuvas, mas o processo político mais abrangente é interrompido ao final da resposta a este estímulo climático pontual. De todo

modo, nesta pesquisa, constatou-se que os laços parentais são mais fortes entre os trabalhadores informais (100%) do que entre os formais (60%), no que se refere à preocupação em receber e retribuir auxílios prestados e valorização da família.

Outro ponto de saturação nas entrevistas tinha a ver com o entendimento dos catadores e recicladores segundo o qual suas histórias de vida – marcadas pela economia e sociabilidade do lixo – não eram tão valorizadas pelos empresários, acadêmicos, político e, também, ambientalistas. Por isso, a conexão do lixo com o propósito de preservação ambiental é uma representação fraca, sem tradução nas fórmulas cotidianas da racionalização, mais dirigidas à sobrevivência econômica básica. Sobreviventes de um tempo recente de grandes privações, catadores e recicladores agem ainda, fundamentalmente, sob os signos da exclusão social. E outros muros os aprisionam nos espaços sociais de esquecimento, pois um novo ponto de saturação aflora facilmente nas falas: tendo perdido a infância no lixo, esses indivíduos sentem a falta de qualificação profissional e percebem que isto lhes diminui o leque de oportunidades de ascensão e mobilidade social. Não há correspondência entre as habilidades (pífias) desenvolvidas e as necessidades e demandas do mercado de trabalho crescente.

CONCLUSÃO

Sob a ótica da concepção e gestão de políticas públicas, restou demonstrados os muros sólidos que separam as dimensões sociais (dos movimentos sociais da luta por moradia, a pobreza e as condições habilitadoras da cidadania, como saúde e educação) das ambientais (os lixões e suas dinâmicas de degradação intrínsecas), percebidas, muitas vezes, como compartimentos separados de realidade, conflitando-se entre operadores das políticas públicas de plantão. O tema da integração dos organismos públicos que agem nesses campos de realidade delimitada, disciplinarmente, vem ganhando mais visibilidade e importância. Atores políticos, econômicos e governamentais vocalizam a crítica a uma cultura institucional marcada por unilateralismos, adensados por grupos ávidos por poder.

A pesquisa mostrou que o Lixão e os processos de degradação ambiental correspondentes não são tematizados nos discursos dos recicladores e catadores, porque não guardam correspondência com uma ordem de prioridades engendradas por suas trajetórias de vida no lixo. Este aspecto, de fato, só pode ser apreendido e tratado em uma dimensão mais sistêmica. Não cabe aqui bestializar esses sujeitos. Uma estrutura de oportunidades lhes deu

como opção um curso de ação com claras direções e limitações. No contexto em que se discutem as bases de uma economia criativa e de suas conexões com a viabilização das condições habilitadoras para constituir o ator social competente para cuidar de si e participar da vida de sua comunidade em termos mais sofisticados, os recicladores e catadores são uma espécie de tipos humanos em um zoológico que não despertam maiores curiosidades dos visitantes. E são, no seu pequeno lugar circunstanciado, prova de anos de desgovernos e desencontros dos grupos e classes (movidos pelo auto-interesse) míopes para o conjunto da realidade brasileira socioambiental.

A ausência de políticas públicas ou a vigência de políticas públicas míopes gerou realidades míopes a delimitar, em períodos de tempo e ciclos econômicos, as ações dos indivíduos em umnexo causal direto, ainda que os resultados finais (da história dos indivíduos e das instituições) dependam de outros fatores cognitivamente divergentes de quaisquer modelos deterministas, porque a vida cotidiana é mais rica que nossos modelos. E, em uma fração de tempo, das histórias de vida no lixo erguem-se as dinâmicas societárias – nos bairros e redes de parentesco – que, ainda que instáveis e limitadas, reúnem significados e projetos de ação que podem prover novos enquadramentos e possibilidades de rompimento desta realidade enclausurada pelos ditames institucionais enviesados.

A vida nos bairros situados próximos ao Lixão continua. Há resquícios da degradação ambiental do lugar. Sob essa imagem dissonante vivem os indivíduos em suas rotinas e percepções ambíguas sobre o presente e o futuro. Seguindo suas vidas com os recursos disponíveis à mão, enxergam um mundo no qual querem se inserir, mas esse mundo lhes escapa. Quando olham ao redor, percebem-se mais próximos de um outro, o mesmo mundo da segregação de outrora. Contudo, é claro, não estão mais famintos.

NOTAS

1 Com uma população estimada em 268.969 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011a).

2 Ocorreu que, dadas as diferenciações institucionais (a FEPAM é um órgão estadual e a Secretaria de Assistência Social é ligada ao município), a falha na comunicação/articulação impediu a efetivação de ações complementares e integradas.

3 Segundo Neder (1996), a regulação do Estado no campo ambiental instituiu, no Brasil, mecanismos de centralização (federalização) e descentralização (órgãos locais, conselhos e instâncias de consultas e referendos) que deram efetividade à ação pública no tocante à preservação, à conservação e à gestão ambientais. Contudo, os institutos legais e instrumentos de gestão de políticas públicas criados não têm resolvido os problemas de gestão ambiental no país, pela ausência de tratamento integrado dos fenômenos ambientais e suas interfaces socioeconômicas (emprego, renda, política industrial e urbana, pobreza e exclusão social).

4 A pesquisa cujos resultados alimentam o presente artigo se utilizou do recurso metodológico “estudo de caso”, fazendo a descrição e análise em profundidade de um conjunto de características do fenômeno particular das histórias de vida dos catadores de lixo da cidade de Santa Maria-RS (Brasil). Assim, não operamos, aqui, com uma amostra estatística representativa de uma população; tomando alguns conceitos como instrumentos analíticos, procuramos compreender e explicar, globalmente, o fenômeno socioambiental em questão.

5 “Os dados indicam que os 20% mais pobres detêm apenas 3,1% da renda nacional, contra quase 60% de renda na mão dos 20% mais ricos” (IPEA, 2010). A baixa renda da sociedade brasileira, conforme o IBGE (2011b) concentra-se nos municípios de porte médio (10.000 a 50.000 habitantes), com “50% da população desses municípios vivendo com até ½ salário mínimo *per capita*. Nos municípios de 100.001 até 500.000 habitantes, entre os quais se situa Santa Maria (RS), 67,5% da população vive com até ½ salário mínimo de R\$ 255,00 reais ou US\$ 125,61 (Censo Demográfico, 2010). Neste artigo, considera-se a cotação de US\$ 1,00 dólar para cada R\$ 2,03 reais, segundo informação do Banco Central do Brasil para o dia 15/10/2012. Vide <http://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/port/PtaxRPesq.asp?idpai=TXCOTACAO>.

6 Para Costa (2010), o problema da informalidade no Brasil se agrava com o advento da empresa enxuta, a flexibilização e a desregulamentação dos mercados de trabalho – em um histórico de formalização precária do trabalho –, além de um contingente substantivo de trabalhadores que não vão se incorporar na economia formal, se não beneficiados por políticas educacionais efetivas. Do ponto de vista político-ideológico, e ainda sobre as temáticas sensíveis da inclusão e coesão da sociedade, o país debate-se em torno da “garantia e universalização de direitos *versus* flexibilização para a maior competitividade da economia”.

7 Leonard (1992) compõe um modelo com os fenômenos da modernização da agricultura, crescimento populacional, desmatamento, migração e criação de favelas no Brasil, com suas implicações ecológicas.

8 Segundo Preve e Corrêa (2007), a ocupação dos centros urbanos se deu de modo desigual (social, econômica, política e culturalmente), gerando os efeitos da marginalidade, violência e destruição das relações comunitárias.

9 Quando os indivíduos encontram-se na situação de não ter o que comer é porque tudo na sociedade lhe foi negado: “*É uma espécie de cerceamento moderno ou de exílio*” (PLASENCIA, 2001: 25).

10 Por sua vez, no Brasil não se instalou uma burocracia baseada em procedimentos de racionalidade e impessoalidade. A vida política e burocrática é permeada por relações pessoais de poder, de mando e obediência. Há pouca distinção entre as esferas pública e privada, e o Estado contemporâneo é visto com tons de arcaico e de ineficiência. Vide a seminal obra *Os donos do poder*, de Faoro, 2008.

11 Para Sorj (2004), novos valores ligados a gênero, opção sexual, grupos étnicos, religiões, regionalismos e meio ambiente balizam a formação de atores coletivos.

12 Baquero (1994) discorre sobre o ceticismo dos cidadãos na América Latina, em relação à democracia e sua capacidade de corrigir os problemas econômicos e sociais.

13 Nos seus escritos relativos aos Estados Unidos da América, a superioridade econômica desta nação está associada à sua tradição horizontal, em contraposição às redes de sociabilidade da América Latina, estruturadas de forma verticalizadas.

14 Diversos autores têm aferido a baixa confiança interpessoal nas frágeis democracias latino-americanas, enfatizando, principalmente, a desconfiança alusiva às instituições (partidos e governos): Rennó, 2001; Power & González, 2003; Baquero, 2006.

15 O termo “lixo”, do latim “lix”, significa cinzas ou lixívia. O verbo “lixare” representa lixar, desbastar. Em Português, remete a sobra, resto ou sujeira. O lixo, de maneira geral, é concebido como inútil, sem valor, tendo se tornado um problema na sociedade industrial, com o crescimento urbano desordenado, e consumo de matérias-primas, energia, e produção de resíduos em grande escala. A velocidade da produção e do consumo nas cidades brasileiras gera um volume de resíduos sólidos e gasosos em descompasso com a capacidade dos ecossistemas para fazer a reciclagem (CARVALHO e OLIVEIRA, 2003).

16 Em detrimento de outras formas de tratamento do lixo, como o aterro sanitário, a incineração, processos de compostagem e/ou reciclagem.

17 Cerca de 4 milhões de crianças menores de cinco anos morrem todo ano devido a enfermidades associadas ao lixo. Como seus pais, essas crianças também são nascidas nos lixões (PIRES, *apud* STECKEL, 2008).

18 Data de dezembro de 1992 a ocupação ilegal, por cerca de 70 famílias sem-teto e sem condições financeiras para pagar aluguel, oriundas de áreas próximas ao antigo lixão. Nesses tempos difíceis, não havia nenhuma infraestrutura, o que não impediu que mais famílias “sem-teto” viessem nos anos subsequentes. Atualmente, esses bairros comportam cerca de 6.000 famílias, contabilizando um total de 21.000 mil pessoas.

19 Outras iniciativas foram testadas, como a criação de uma cooperativa, de um horto municipal, para a geração de renda aos catadores retirados do local, sem sucesso.

20 Após a reciclagem, são vendidas para empresas do ramo de plásticos e de metais.

21 Neste sistema, também existem drenos para o gás metano (que é reaproveitado em forma de energia) e para o chorume.

22 A pesquisa originalmente obteve dados orientados pela teoria do desenvolvimento humano de Amartya Sen, para correlacioná-los com os indicadores sobre capital social. Optou-se por excluir esses dados para o presente artigo. De todo modo, vale a pena fazer referência a algumas avaliações sobre a estrutura dos serviços públicos porque sinalizam traços de uma realidade marginal. Sobre as condições de “transporte coletivo no bairro”, entre os recicladores a avaliação preponderante é a “mediana” (61,3%) e entre os catadores, a “muito ruim” (71,42%). Sobre as condições de saúde do bairro, todos dependem do precário sistema público de saúde e, entre os recicladores e catadores, predominou o “muito ruim”: 90% e 78,5%, respectivamente. Foram relatados problemas como a demora no atendimento na realização de exames, e a grosseria da equipe médica. O principal problema social do bairro, segundo os entrevistados, é a “violência” (48,4%), seguido do “desemprego” (33,3%), seja para recicladores ou para catadores.

23 Os indivíduos pesquisados – recicladores e catadores informais – são naturais da cidade de Santa Maria e cidades vizinhas, e moram em bairros próximos à empresa recicladora (Alto da Boa Vista, Nova Santa Marta e Pôr-do-Sol) e ao antigo Lixão da Caturrita. Foram entrevistados 36 recicladores e 14 pessoas que ainda atuam como catadores na informalidade, de um total de 18 contatadas. Entre os recicladores e catadores informais, a faixa etária predominante (57%) foi a de 18 a 25 anos. A renda média familiar varia de R\$ 735,00 ou U\$ 362,06 (recicladores) para R\$ 845,00 ou U\$ 416,25 (catadores), estando um pouco acima dos R\$ 622,00 ou U\$ 306,40 equivalentes ao salário mínimo no Brasil. A renda dos recicladores (U\$ 374,42/mês ou U\$ 12,48/dia) e a dos catadores (U\$ 430,46/mês ou U\$ 14,34/dia) estão acima do teto de U\$ 2,00/dia que delimita a condição de pobreza. Entre recicladores e catadores, 74% têm apenas o Ensino Fundamental. Também sublinhe-se que 96% das casas não estão regularizadas, isto é, as pessoas não têm o título definitivo registrado em cartório.

24 De acordo com Fonseca (2000), a fofoca envolve o relato de fatos reais

ou imaginários sobre o comportamento alheio, orientado para fazer mal ao “outro”; é vista como um “desvio” de conduta do “outro”, uma vez que ninguém se considera fofoqueiro. A fofoca opera como uma força niveladora, usada por pessoas que se sentem inferiores e que só podem ressaltar seus *status* rebaixando o dos outros.

25 A despeito de todos os funcionários da empresa trabalharem com carteira assinada e cumprirem uma jornada de trabalho de 8 horas diárias.

26 Outros estudos (ALMEIDA *et al* (2008) também demonstraram que, não obstante as melhorias materiais da população pobre das cidades brasileiras, uma reprodução das distâncias sociais ainda ocorre, evidenciando-se, aí, a simbiose entre atenuação da pobreza e reprodução da desigualdade, e, mesmo, de aumento da desigualdade. Os autores exploram o processo “centro-periferia”, no que tange a produção, circulação e acesso a bens materiais e simbólicos de maior valor social e que denotam uma hierarquização do espaço social sem estritamente representar os descaminhos da exclusão social.

27 Empiricamente, a educação (ou a falta dela) é o principal correlato para a desigualdade de renda e inserção nas piores posições do mercado de trabalho no Brasil (SCHWARTZMAN, 2007).

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Ronaldo *et al* (2008), Situações periféricas. Etnografia comparada de pobreza urbanas. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 82, 2008, p.109-130.
- BAQUERO, Marcello. *Cultura política e democracia: os desafios das sociedades contemporâneas*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 1994.
- BAQUERO, Marcello *et al* (org.). *A construção da democracia na América Latina: estabilidade democrática, processos eleitorais e cultura política*. Porto Alegre/Canoas: Editora da UFRGS / Centro Educacional La Salle de Ensino Superior, 1998.
- BAQUERO, Marcello *et al*. *Capital social: teoria e prática*. Ijuí-RS: Editora da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), 2006.
- BAQUERO, Rute V. A. Empoderamento: questões conceituais e metodológicas. Revista **Debates**, Porto Alegre, n. 1, 2005, p. 69-84.
- BAUMAN, Zygmunt. *Liquid modernity*. Cambridge: Polity Press, 2000.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CARVALHO, Anésio R.; Oliveira, Mariá V. C. Princípios básicos do saneamento do meio. São Paulo: Editora SENAC, 2003.
- COSTA, Márcia da Silva (2010), Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. **Caderno CRH**, 23, p. 171-190.
- DEMO, Pedro. *Participação é conquista*. São Paulo: Cortez, 1993a.
- DEMO, Pedro. *Pobreza da pobreza*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003b.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2008.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FONSECA, Claudia. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.
- GIDDENS, Anthony *et al*. *Modernização reflexiva*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista (UNESP), 1997.
- GUERRA, A. J. T; Cunha, S. B. *Impactos ambientais urbanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- LEONARD, H. Jeffrey. *Meio ambiente e pobreza: estratégias de desenvolvimento para uma agenda comum*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- MARQUES, Eduardo César Leão (2009). As dedes sociais importam para a pobreza urbana? **DADOS** – revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 52, p. 471-505.

NEDER, Ricardo T. O problema da regulação pública ambiental no Brasil: três casos. In: FERREIRA, Leila da Costa; VIOLA, Eduardo (orgs.), *Incertezas de sustentabilidade na globalização*. Campinas-SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1996.

PASE, Hemerson Luiz. Capital social e empoderamento. **Anais** do II Seminário Nacional dos movimentos sociais, participação e democracia. Disponível em http://www.sociologia.ufsc.br/npms/hemerson_luiz_pase.pdf. Acesso em: 20.10.2009,

PLASENCIA, Janett Ramírez. *Cidadania em ação*. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

PREVE, Ana Maria; CORRÊA, Guilherme. *Ambientes da ecologia: perspectivas em política e educação*. Santa Maria-RS: Editora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), 2007.

PUTNAM, Robert. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2002.

RENNÓ, Lúcio. Confiança interpessoal e comportamento político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina. **Opinião Pública**, 7(1), 33-59, 2001.

SCHWARTZMAN, Simon. *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2007.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SORJ, Bernardo. *A democracia inesperada: cidadania, direitos humanos e desigualdade social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

Desigualdade da renda no território brasileiro. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Rio de Janeiro. Disponível em http://desafios2.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=14328. Acesso em 01 de fevereiro de 2012.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011a), *Indicadores sociais municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: **Estudos e pesquisas**: informação demográfica e socioeconômica, 28.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011b), *Censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro: **Estudos e pesquisas**: informação demográfica e socioeconômica.

POWER, Timothy J.; Gonzalez, Júlio. Cultura política, capital social e percepções sobre corrupção: uma investigação quantitativa em nível mundial. *Revista Sociologia Política*, 21, p. 51-69, 2003.

Palavras-chave:

meio ambiente, pobreza, capital social, degradação ambiental.

Resumo

O presente artigo analisa as trajetórias de vida dos indivíduos cuja subsistência dependia do antigo depósito de lixo da cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil, formado por redes de sociabilidade que articulavam elementos de significado formadores de uma racionalidade cotidiana, que valorava o agir econômico nos termos de uma “cultura do lixo” e de suas conexões com a vida político-comunitária. Perscruta-se sobre a preservação da vida humana e do meio ambiente em espaços degradados, dos níveis de composição entre uma realidade (humana) e outra (meio ambiente), abordados no contexto institucional como realidades estanques. Apesar da recente diminuição das desigualdades no Brasil, os ex-catadores do *Lixão da Caturrita* ainda carregam consigo os traços do estigma e da exclusão sociais, e pouco racionalizam a temática da conservação do meio ambiente.

Key words:

Environment, poverty, social capital, environmental degradation.

Abstract

The present work analyzes the life course of the people whose subsistence depended on the former garbage dump of the city of Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brazil, formed by sociability networks that articulated elements of significance, formers of a daily rationality, which valued the economical action in terms of a culture of garbage and its connections with the community-political life. The preservation of human life and of the environment in degraded contexts is investigated along with the levels of composition between a reality (human) and another (environment), approached in the institutional context as closed realities. In spite of the recent decrease in the inequalities in Brazil, the former waste pickers of the *Lixão da Caturrita* still carry the traces of the stigma and of the social exclusion and few rationalize the thematic of conservation of the environment.

Recebido para publicação em setembro/2013. Aceito em junho/2015.
